

Patriarcado e epistemologias de gênero nas Relações Internacionais: uma crítica ao mainstream a partir do Sul Global

Patriarchy and Gender Epistemologies in International Relations: A Critique of the Mainstream from the Global South

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.151633>

Vinícius Henrique Mallmann

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil

viniciush.mallmann@hotmail.com  

Thaís Vieira

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil

thaisvieirari@gmail.com  

Resumo

O artigo investiga como o patriarcado estrutura a produção de conhecimento e as práticas das Relações Internacionais, propondo uma crítica ao pensamento dominante da disciplina a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. A pesquisa, de natureza teórico-bibliográfica, analisa como hierarquias de gênero e raça moldam tanto os fundamentos epistemológicos do campo quanto sua reprodução institucional, com especial atenção ao contexto brasileiro e latino-americano. Argumenta-se que o apagamento dessas dimensões não resulta de omissões pontuais, mas constitui parte de uma lógica de poder que define quem pode produzir teoria e quais saberes são reconhecidos como válidos. A partir de abordagens críticas do Sul Global, o estudo demonstra que a masculinidade hegemônica e a colonialidade do saber funcionam como pilares invisíveis da disciplina, sustentando narrativas de universalidade e neutralidade científica. Conclui-se defendendo a necessidade de uma despatriarcalização das Relações Internacionais, que promova a pluralidade epistemológica, a justiça cognitiva e a valorização de perspectivas situadas e plurais na compreensão da política internacional, especialmente no campo brasileiro.

Palavras-chave: Patriarcado; Epistemologias de Gênero; Relações Internacionais.

Abstract

This article examines how patriarchy structures both knowledge production and the practices of International Relations, advancing a critique of the discipline's mainstream from a feminist and decolonial perspective. Based on a theoretical and bibliographical approach, the analysis explores how gendered and racial hierarchies shape the epistemological foundations of the field as well as its institutional reproduction, with particular attention to the Brazilian and Latin American contexts. It argues that the marginalization of these dimensions is not the result of isolated omissions, but rather a manifestation of a broader logic of power that determines who can produce theory and which forms of knowledge are considered legitimate. Drawing on critical approaches from the Global South, the study demonstrates that hegemonic masculinity and the coloniality of knowledge operate as invisible pillars of the discipline, sustaining narratives of universality and scientific neutrality. The article concludes by advocating for the de-patriarchalization of International Relations, promoting epistemological plurality, cognitive justice, and the recognition of situated and plural perspectives within the study of world politics, particularly in the Brazilian academic field.

Keywords: Patriarchy; Gender Epistemologies; International Relations.

Recebido: 10 Novembro 2025

Aceito: 17 Janeiro 2026

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O campo dos estudos de gênero nas Relações Internacionais (RI) consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das vertentes mais profícuas e transformadoras da disciplina. Desde a publicação de *Bananas, Beaches and Bases* (Enloe, 2014), as contribuições feministas demonstraram que o poder, a guerra, a diplomacia e a economia global não são neutras em relação ao gênero, mas profundamente estruturados por práticas e imaginários masculinizados. Ao revelar as dimensões de gênero ocultas nas teorias clássicas e nas práticas cotidianas das RI, as autoras feministas reconfiguraram a forma de compreender o sistema internacional, deslocando o foco do Estado e da segurança para as experiências humanas, as desigualdades e as formas de dominação que atravessam as fronteiras. Em diálogo com Enloe, Shepherd (2017) reforça que as Relações Internacionais permanecem ancoradas em epistemologias patriarcais, que produzem e reproduzem a exclusão de corpos, vozes e saberes não conformes ao ideal de masculinidade branca, ocidental e heteronormativa.

O problema que este artigo enfrenta está situado justamente nesse ponto: o patriarcado não é apenas um traço cultural ou simbólico, mas um princípio estruturante do conhecimento e da prática internacional. As teorias *mainstream* de RI (do realismo ao liberalismo) foram edificadas sobre pressupostos de racionalidade, competição e hierarquia que naturalizam a masculinidade como medida universal da ação política e da agência internacional. Essa racionalidade patriarcal se manifesta de maneira ainda mais complexa no Sul Global, onde as assimetrias de poder entre centro e periferia se entrelaçam às hierarquias de gênero e raça, configurando um duplo processo de subalternização epistêmica: o das mulheres e o dos saberes não europeus. No contexto brasileiro, tal estrutura se reflete na marginalização das epistemologias feministas e decoloniais, bem como na escassa inserção de debates interseccionais nos programas acadêmicos e nas publicações da área.

Neste sentido, propomos um diálogo destes conceitos com a obra de Francis Fukuyama (2008), um autor importante ligado ao *mainstream* da disciplina. Após declarar "o fim da história" a partir de uma retórica racista combinada a um domínio imperialista da história e das relações internacionais (Fukuyama, 1992), Fukuyama publicou, em 2008, o ensaio "*Women and the Evolution of World Politics*" (Mulheres e a evolução da Política Internacional, tradução nossa), que dedica suas páginas a argumentar sobre o grande problema de um mundo comandado por mulheres, considerando que a condução da política internacional se transformaria em um espaço enfadonho dominado por fracos. Como argumento sobre a importância dos homens na política mundial, o autor se baseia em estudos conduzidos, entre outros, pelo famoso primatologista Frans de Waal, que tratam das relações entre chimpanzés. Fukuyama (2008) não é econômico ao estabelecer os três pontos que sustentam seu argumento, e o faz pensando através de uma analogia entre os comportamentos dos chimpanzés e os comportamentos humanos. O primeiro ponto levantado pelo autor é a justificativa da violência entre iguais, ou seja, entre indivíduos da mesma espécie. No entendimento do autor, as únicas espécies que têm naturalizado as violências entre si são seres humanos e chimpanzés, e o fazem com intuito de neutralizar seus pares para chegarem ao poder. Nesse ponto, o autor traz a naturalização da violência entre seres humanos como uma herança biológica e não como um processo violento, criminoso e socialmente estruturado que realmente significa.

O segundo ponto que faz com que Fukuyama (2008) se aproxime das relações entre chimpanzés para declarar a desimportância das mulheres na política mundial são as construções de coalizões. O autor sustenta que humanos e chimpanzés são criaturas demasiadamente sociais, que têm como objetivo a construção de coalizões, a dominação e a manutenção das hierarquias no sistema em que vivem. Contudo, como vemos em Joan Scott (1986), sexo e gênero são dois elementos diferentes da vida humana, enquanto sexo faz parte de uma suposta neutralidade, visto que pode ser visto e materializado; gênero faz parte das relações sociais construídas pelos seres humanos, o que o torna uma estrutura relacional ao invés de um atributo individual. E, por último, o autor sustenta a importância da violência e da construção de coalizões como um atributo especificamente masculino; isso porque as chimpanzés fêmeas demonstram apegos emocionais não compartilhados entre os machos.

Em tom irônico e um tanto sarcástico, Fukuyama (2008) contesta os estudos feministas relativos ao feminismo e à política que consideram que uma política mundial conduzida por mulheres seria menos agressiva, competitiva e violenta, salientando e justificando um processo biológico que conduziria as ações masculinas. Como consequência, o autor é categórico ao afirmar que comportamentos ditos patriarcais pelas feministas, como violência e exercício do poder e dos “status”, não são construções sociais, mas sim enraizados na biologia. Ou seja, a justificativa da guerra, da violência e daquilo que delas decorrem - e aqui incluímos o estupro como arma de guerra - podem, segundo o autor, serem justificados através da biologia masculina; tal qual, câncer, obesidade e depressão. O autor denomina sua visão como “a volta da biologia” (Fukuyama, 2008).

Não muito diferente de outros autores de Relações Internacionais, especialmente os que estão centrados em um debate *mainstream* da disciplina, Fukuyama (2008) relativiza pesquisas feministas e celebra a volta do pensamento darwinista para a compreensão das ciências sociais. Não surpreende, portanto, as tentativas de descredibilização dos escritos feministas para as Relações Internacionais, nem de Fukuyama e nem dos demais críticos, mas joga luz a algo há muito discutido por feministas negras e terceiro-mundistas como Chandra Mohanty (1984): a heteronormatividade da construção da política internacional e a evidência de lugares de privilégios construídos para autores homens e brancos. Essas questões refletem, por conseguinte, na forma com que a disciplina é repassada no percurso do ensino nas Universidades, especialmente em países do Sul Global como Brasil, que possuem acesso limitado às discussões estabelecidas nas grandes revistas acadêmicas organizadas pelo norte global.

Visamos, a partir da crítica a esta obra de Fukuyama (2008), evidenciar como as questões de gênero e de raça permeiam o estudo da disciplina de Relações Internacionais e como esse estudo é atravessado por uma vertente patriarcal que, via de regra, rege o ordenamento (global) da disciplina e a maneira como ela é pensada e estruturada no ensino das Universidades, também brasileiras. Para tanto, elaboramos uma crítica feminista ao que chamamos de “patriarcado das Relações Internacionais” com o intuito de demonstrar que há, ainda, grandes desafios para ensinar Relações Internacionais, principalmente no Sul Global, onde o Brasil está inserido, e que esses desafios podem ser superados, também, com um olhar crítico e com a inclusão de raça e gênero no debate estruturante da disciplina das Relações Internacionais.

O objetivo central deste estudo é, portanto, demonstrar que o apagamento das dimensões de gênero e raça nas Relações Internacionais brasileiras não pode ser interpretado apenas como uma lacuna empírica ou um problema de representatividade, mas como efeito de uma epistemologia colonial e masculinista que organiza o campo. Especificamente, busca-se: (i) problematizar as bases patriarcais que sustentam o *mainstream* das RI; (ii) analisar como tais estruturas são reproduzidas nas práticas acadêmicas e institucionais brasileiras; e (iii) propor caminhos de despatriarcalização do campo a partir das epistemologias feministas do Sul Global. A relevância deste trabalho reside em evidenciar que questionar o patriarcado nas RI não é apenas uma questão de inclusão, mas de revisão profunda dos fundamentos epistemológicos da disciplina.

É nesse contexto que a crítica dirigida à obra de Francis Fukuyama (2008) ganha relevância analítica. Sua argumentação, que busca justificar biologicamente a desigualdade de gênero e naturalizar o poder masculino na política mundial, é emblemática da permanência de um pensamento que confunde diferença com hierarquia. Ao recorrer à primatologia para sustentar a suposta superioridade dos homens na condução da política internacional, Fukuyama não apenas reforça o viés androcêntrico do *mainstream* das RI, mas também reproduz uma epistemologia colonial que submete a produção de conhecimento a uma lógica evolucionista, racista e excludente. Dessa forma, a análise de sua obra torna-se um ponto de partida privilegiado para desvelar o modo como a masculinidade hegemônica estrutura tanto o pensamento quanto a prática internacional, revelando as continuidades entre o patriarcado e o imperialismo nas relações globais.

Metodologicamente, trata-se de um estudo crítico, de caráter teórico e bibliográfico, fundamentado na análise de textos clássicos e contemporâneos do feminismo internacional e pós-colonial. O artigo adota uma abordagem interseccional, conforme proposta por autoras como bell hooks (2019), Chandra Mohanty (2003) e Gayatri Spivak (1999), articulando gênero, raça, classe e localização geopolítica como categorias indissociáveis na compreensão das dinâmicas de poder global. A análise privilegia o diálogo entre autoras feministas do Norte e do Sul Global, buscando construir um olhar situado sobre as hierarquias epistêmicas que sustentam a disciplina e indicar possibilidades de ruptura e reconstrução teórica a partir de uma perspectiva decolonial.

Neste sentido, dividimos o texto, para além desta introdução e das considerações finais, em duas seções. Na primeira, é feita uma crítica feminista ao trabalho de Fukuyama (2008) com o objetivo de demonstrar que seu pensamento, para dizer o mínimo, é retrógrado e defasado, mas que ainda continua nutrindo o imaginário de grande parte do coletivo *mainstream*. Em seguida, é apresentado um breve resumo de como as questões de gênero não são debatidas ou trabalhadas de maneira adequada nas principais revistas da área no país, o que reflete, por conseguinte, na capacidade de mobilização do campo teórico e, também, na capacidade de moldar ou modificar o ensino das Relações Internacionais nas universidades brasileiras.

Refletindo sobre o imperialismo do patriarcado nas Relações Internacionais

A década de 1980 marcou um ponto de inflexão para o campo das Relações Internacionais, quando as primeiras análises feministas começaram a desafiar a estrutura epistemológica da disciplina. Autoras como Cynthia Enloe (2014) e J. Ann Tickner (1992; 2001) inauguraram uma ruptura paradigmática ao denunciar o caráter profundamente masculinizado da teoria e da prática das RI. Enloe (2014) deslocou o olhar da política internacional tradicional – centrada em Estados, elites diplomáticas e instituições – para as experiências cotidianas de mulheres em contextos de guerra, diplomacia, militarização e economia global. Tickner (1992), por sua vez, questionou o universalismo abstrato das teorias clássicas, mostrando que conceitos centrais como poder, segurança e racionalidade são construções profundamente generificadas e informadas por valores masculinos. A partir dessas contribuições, o campo feminista nas RI passou a expor as hierarquias epistemológicas que naturalizam o masculino como medida universal do político e o feminino como alteridade. Como discute bell hooks (2019), o patriarcado é um construto de poder pautado nas premissas do imperialismo capaz de produzir uma crença social de que o próprio patriarcado é a única forma social possível em que deve se ancorar a sociedade. Neste sentido, homens que são socialmente lidos como racializados, e por esse motivo sofrem inúmeras violências sociais, se unem na opressão patriarcal como uma forma aceitável de subjugação e dominação das mulheres. O patriarcado, neste sentido, é o ponto de interseção em que homens de diferentes raças se encontram e compartilham dos mesmos interesses e pensamentos.

No que tange à disciplina de Relações Internacionais, o que Carole Pateman (2023) chama de “contrato sexual” joga luz à pouca visibilidade do feminismo no âmbito da disciplina e sua consequente pouca aceitação mediante a opinião de autores do que é considerado o *mainstream* do campo de estudos. No contrato sexual, a autora debate que há uma evidente criação de direitos políticos dos homens sobre as mulheres, ancorados num processo que diferencia homens e mulheres através do sexo e mantém a sujeição da mulher em relação ao homem. O que interpretamos aqui é justamente a necessidade de sujeição do pensamento feminista àquilo que os considerados cânones da disciplina determinam como a verdadeira essência das relações internacionais. No caso de Fukuyama (2008), há uma defesa de que o masculino e o feminino são pautados num processo biológico de diferenciação que se ancora no estudo de primatas para apontar seus principais pontos. Ignora, portanto, não só os estudos das ciências biológicas que há décadas debatem o tema, mas de todas as ciências sociais e humanas (inclusive dentro das RIs) que produziram conhecimento sobre questões relativas à sexualidade, ao comportamento e às construções sociais do que se entende como “feminino” ou “masculino”.

É justamente dentro dessa tradição crítica que a obra de Francis Fukuyama (2008), *Women and the Evolution of World Politics*, se inscreve como um caso paradigmático do modo como o mainstream resiste à incorporação das epistemologias de gênero. Ao propor que as diferenças entre homens e mulheres derivam de uma “biologia da dominação”, Fukuyama retoma uma forma de determinismo que ecoa tanto o darwinismo social quanto o positivismo clássico que moldou as origens das Relações Internacionais. Para o autor, a política mundial é um espaço naturalmente masculino, no qual a competição, a violência e o poder são expressões legítimas de uma herança biológica compartilhada entre humanos e chimpanzés. Essa argumentação não apenas reduz o comportamento político à biologia, mas também reintroduz, sob o disfarce da cientificidade, uma visão hierárquica e excludente que naturaliza o patriarcado como ordem social e internacional.

O biologicismo de Fukuyama encontra respaldo nas tradições realistas das RI, especialmente na concepção hobbesiana de natureza humana que orienta o pensamento de autores como Hans Morgenthau (1948) e Kenneth Waltz (1979). Assim como o realismo clássico, Fukuyama parte da premissa de que o conflito é inevitável e de que o poder é a principal moeda da política internacional. Contudo, ao sexualizar essa lógica, o autor reforça o caráter androcêntrico do realismo, identificando a agressividade masculina como motor da história e relegando as mulheres ao espaço da passividade e da cooperação. O resultado é uma epistemologia que se pretende universal, mas que, na verdade, traduz uma perspectiva situada (masculina, branca e ocidental) que se impõe como norma científica. Esse é o ponto em que o biologicismo se converte em imperialismo epistemológico: a biologia torna-se o fundamento da exclusão e da hierarquização entre sujeitos e saberes.

A crítica feminista a esse tipo de pensamento foi magistralmente desenvolvida por autoras que revelaram o papel da linguagem, da metáfora e da racionalidade técnica na reprodução do poder masculino dentro da disciplina. Carol Cohn (1987), em seu estudo sobre o discurso dos “intelectuais da defesa”, demonstrou como a linguagem da segurança nuclear (repleta de metáforas sexualizadas, como “*hard*” e “*soft power*”, “*penetration*” e “*impregnation*”) serve para legitimar práticas militarizadas e excluir sensibilidades consideradas femininas ou emocionais. Da mesma forma, Laura Sjoberg (2013) propôs uma reinterpretação do conflito global a partir de uma teoria feminista da guerra, argumentando que as relações internacionais não podem ser compreendidas sem considerar as construções de gênero e sexualidade que moldam tanto a violência quanto a política global. Essas autoras mostram que a masculinidade, longe de ser apenas uma característica individual, constitui uma epistemologia, um modo de ver, interpretar e organizar o mundo.

É, portanto, sob um viés de gênero (e também de raça) que a crítica ao trabalho de Fukuyama (2008) precisa ser estabelecida. Há, na defesa argumentativa de autoras como Ann Tickner (2001), um desafio contra o entendimento das Relações Internacionais pautadas nas categorias estatais tradicionais e nos debates que suscitam questões voltadas apenas para o equilíbrio de poder ou o interesse dos atores. Para a autora, a política internacional não pode ficar apenas restrita às relações entre Estados, especialmente quando se lança luz sobre os espaços que ocupam as mulheres nas periferias globais. Assim, o questionamento do feminismo no que se refere ao poder, especificamente, o poder masculino, torna-se fundamental para a compreensão do campo de estudo de gênero nas Relações Internacionais.

Ao discutir a questão do poder nas relações internacionais, é interessante pontuar a percepção de poder trazida por bell hooks (2019b). Em seus estudos, a autora discute a formação e a definição de poder utilizada pela branquitude, inclusive no feminismo branco, quando discutido a respeito do tipo de construção de poder estabelecido pela branquitude feminista como uma mimese do poder patriarcal, já que o tipo de “poder” estabelecido hoje é o poder masculinista. Na visão da autora, só seria possível a construção de um mundo igualitário (também para as relações internacionais) a partir da resignificação do que é poder.

hooks (2019b) apresenta uma crítica às formas de poder apresentadas por homens e como a não mudança dessa perspectiva atravessa diretamente as mulheres não-brancas. Durante muito tempo, as discussões em torno da igualdade

entre homens e mulheres eram relacionadas à conquista do poder pelas mulheres brancas na estrutura social existente. Ocorre que, para hooks (2019b), essa conquista de poder numa estrutura social organizada em torno do patriarcado não se compromete com a mudança social necessária para inclusão de mulheres não-brancas. Ou seja, há não só uma questão de gênero, mas uma questão de raça que deve ser considerada ao debatermos poder (também nas relações internacionais).

A autora organiza seus escritos em torno da crítica da opressão existente no sistema social a partir do argumento de que esse sistema só beneficia homens (independentemente da raça) e mulheres brancas, enquanto mulheres negras permanecem à margem social, uma vez que não são consideradas pelo movimento feminista branco, nem pelo movimento negro organizado por homens negros (hooks, 2009b). No argumento de Francis Fukuyama (2008), a forma de exercer poder entre homens e mulheres é automaticamente diferenciada a partir das diferenças biológicas existentes, por isso, homens são mais propensos a respostas mais agressivas no âmbito da política internacional do que as mulheres. O autor, obviamente, não organiza um recorte de raça, classe e gênero para estruturar seu argumento que é pautado exclusivamente pela biologia.

Contudo, hooks (2019b), que mergulha seus estudos no entendimento das construções sociais que perpassam o patriarcado e o racismo, chama atenção para o fato de que, numa estrutura social que permanece idêntica, a busca por poder faz com que o resultado do exercício do poder seja o mesmo, independentemente de homens e mulheres pensarem de forma diferente. Isso porque a busca pelo poder que envolve o movimento feminista branco contribui para a manutenção de outros sistemas de opressão, como o sistema de opressão de raças e de classes. É por isso que, como dissemos anteriormente, é necessário ressignificar o entendimento de “poder”.

Há uma frase utilizada pela autora que elucida de maneira muito simples e didática a forma com que poder é exercido e que pode ser transposta para a realidade das Relações Internacionais de modo a organizar o entendimento do poder não como algo bélico ou econômico, mas a partir de uma noção de privilégios de raça, classe e gênero: "o poder faz o direito" (hooks, p. 135, 2019b). Poder, como afirma a autora, numa estrutura social patriarcal, relaciona-se ao controle e à dominação de outrem, e a presunção do poder é capaz de autorizar, ou conceder o direito, sobre a manutenção do sistema de opressão.

Como o poder concebe de forma automática o direito, não é interessante para homens, que fazem parte da estrutura de poder, dispensarem esse sistema de opressão, reconhecendo seus privilégios e abandonando as hierarquias de poder que estão postas. Há, neste caso, novamente uma ligação com o trabalho de Fukuyama (2008), o qual insiste que, como gênero não é socialmente construído, mas uma questão enraizada na genética, as mudanças na política internacional são limitadas quando há uma desconstrução do gênero entre homens que fazem parte das estruturas de poder do sistema internacional.

Como argumentado por feministas como Jacqui True (2018), a variável gênero não pode ser vista como periférica na constituição do Estado, além de que a compreensão da centralidade de gênero é fundamental para a promoção de mudanças dentro do sistema interestatal e do próprio sistema. O debate dos "Estados Genderizados"¹ desenvolvido pela autora tem como premissa principal a soberania como um estruturante da ordem internacional. Em contraposição ao que argumenta Fukuyama (2008) sobre a natureza da dominação presente no âmbito biológico, True (2018) argumenta que a soberania é um princípio estruturante assim como o patriarcado também se configura enquanto uma relação estrutural definida pela hierarquia de gênero. Ou seja, tanto a soberania, argumento tão prevalente na discussão do *mainstream* das Relações Internacionais, quanto o patriarcado são organizados a partir de relações estruturais; sendo que no contexto dos pressupostos feministas, a construção e a manutenção da soberania estatal são o tempo todo informadas pela variável gênero.

¹ Tradução nossa, do original "gendered states" (TRUE, 2018, p. 33).

Pensar o conceito de Estado Genderizado, como propõe True (2018), vai além da argumentação irônica que Fukuyama (2008) organiza em seu debate. Para True (2018), há uma constituição do Estado soberano a partir da forma com que as relações sociais de gênero são construídas em seu interior. Assim, a forma estrutural das hierarquias que privilegiam particularidades masculinistas como competitividade, racionalidade, autonomia, violência, entre outros, será manifestada na política internacional e na forma com que as relações internacionais são conduzidas.

Retomando as premissas de Pateman (2023), os Estados europeus contemporâneos advêm de Estados absolutistas patriarcais, cuja forma de constituição se deu a partir do contrato sexual fraterno, que estabelecia direitos iguais para homens, mas não para mulheres. Os homens, neste sentido, foram indivíduos reconhecidos como "parte" da esfera pública, enquanto as mulheres foram relegadas à esfera familiar. True (2018), por sua vez, interpreta que o sistema estatal e a sociedade internacional só puderam existir porque as divisões já normatizadas do gênero contribuíram para que fossem reproduzidas as identidades masculinistas neste sistema até então emergente, refletindo e reproduzindo, principalmente, valores que eram alinhados às capacidades de guerra. Neste sentido, as construções de soberania e do poder do Estado como defendidas por Fukuyama (2008) só são possíveis dadas as condições de desigualdades de gênero nas quais estava alicerçada a constituição do Estado.

Quando True (2018) defende a premissa de um Estado cuja construção de sua base está fundamentada nas hierarquias de gênero, ela não está fundamentando que a relação social de gênero seja a relação dominante. Na verdade, a autora reconhece o caráter milenar do patriarcado, contudo, compreende que o patriarcado está intrinsecamente relacionado a outros tipos de dominação, que podem ser baseados em raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, classe, idade, entre outros. Assim, quando se combatem o patriarcado e as hierarquias de gênero no sistema, há que se ter em mente que estas formas de opressão estão todas alinhadas e transversalizadas, e que combater o poder do gênero é necessariamente mudar a forma com que as estruturas de poder se manifestam nas estruturas sociais.

Ao afirmar que os comportamentos masculinistas para fins de competitividade, dominação, criação de hierarquias ou realização de fantasias agressivas não podem ser eliminados, apenas redirecionados, Fukuyama (2008) permanece em seus escritos nutrindo o contrato sexual esclarecido por Carole Pateman (2023) e fomentando a masculinidade e as hierarquias de gênero na disciplina de Relações Internacionais. Assim sendo, a obra de Fukuyama (2008), ao reivindicar o retorno da biologia como fundamento da política internacional, ignora deliberadamente as contribuições acumuladas por décadas de reflexão feminista e interseccional. Sua defesa da violência e da hierarquia como elementos "naturais" da masculinidade é um exemplo de resistência ao giro crítico que marcou as ciências sociais desde os anos 1980. A persistência desse tipo de argumento no seio do *mainstream* demonstra que o patriarcado acadêmico não se mantém apenas por meio da exclusão de autoras e temas, mas também pela reafirmação de um modo de produzir conhecimento que desqualifica perspectivas críticas como "não científicas". Em outras palavras, Fukuyama (2008) não representa um desvio, mas a continuidade de um projeto de poder epistêmico que legitima o masculino como portador da racionalidade e da autoridade, e o feminino como esfera do emocional, do particular e do "outro".

Ao revisitar esse debate, torna-se evidente que a masculinidade não é apenas uma categoria de identidade, mas um regime epistemológico que sustenta a própria ontologia das Relações Internacionais. As fronteiras entre razão e emoção, público e privado, força e vulnerabilidade (que são centrais à tradição moderna) são fronteiras de gênero. Assim, ao defender que a guerra e a dominação são inerentes ao masculino, Fukuyama (2008) reproduz o mesmo imaginário que estruturou a formação das teorias realistas e positivistas, reafirmando o Estado como extensão simbólica do corpo masculino. O que a crítica feminista e decolonial revela, em contrapartida, é que essa ontologia é contingente e histórica, e que a sua naturalização funciona como mecanismo de manutenção do poder global e do monopólio epistêmico do Norte.

Estudos de Gênero no campo das Relações Internacionais do Brasil

No caso brasileiro, onde o pensamento de Fukuyama (1992) foi amplamente difundido, aceito e contemplado, os (não!) estudos de gênero refletem diretamente na produção da comunidade científica que ainda representa um número pequeno mediante as comparações das produções científicas trazidas pelo *mainstream*. O debate sobre gênero e raça nas Relações Internacionais brasileiras revela, de forma paradigmática, como o patriarcado opera na produção e na circulação do conhecimento científico. Embora as últimas décadas tenham testemunhado avanços na incorporação de perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais no campo, a estrutura acadêmica nacional ainda reflete as hierarquias históricas do *mainstream* global.

Baccarini et al. (2019) realizaram um estudo sobre questões de gênero entre os membros da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) tanto em universidades públicas, quanto em universidades privadas no Brasil. O objetivo foi analisar a composição de gênero nestes departamentos, tendo em consideração questões referentes ao assédio e à discriminação de gênero que são fatores impeditivos para que estudantes sigam a carreira acadêmica. Considerando a crítica feminista que coloca em xeque a concepção das instituições científicas como neutras em termos de gênero, as autoras reforçam a crítica sobre a desigualdade existente no Brasil relativas ao trabalho nas universidades, uma vez que alguns dados apontam que a maioria dos acadêmicos no Brasil ainda são homens.

No desenrolar da pesquisa, Baccarini et al. (2019) demonstram a desigualdade, em primeiro lugar, na recepção da pesquisa. As autoras demonstram que dos 1118 membros da ABRI, foram devolvidas 376 respostas, que configura um percentual de 33,57% de devolutivas. Contudo, embora o número de respostas da pesquisa configure uma porcentagem suficiente, chama atenção o fato de que a colaboração partiu principalmente das mulheres, em detrimento da pouca colaboração masculina. Abaixo, o quadro extraído da pesquisa para evidenciar o contraste:

Tabela 1 – Taxas de resposta da pesquisa por gênero

	Female	Male	Other	Total
ABRI associates	511	607		1118
Survey respondents	256	118	2	376
Compliance rate	50.10%	19.44%		33.63%

Fonte: Baccarini et al (2019, p. 373)

Os dados apresentados por Baccarini et al. (2019) revelam um padrão que vai além da representação numérica: trata-se de uma diferença qualitativa na forma como homens e mulheres participam da produção do conhecimento. A disparidade entre gêneros se manifesta no volume de publicações, na autoria de livros e capítulos e especialmente na presença em revistas de prestígio classificadas pela CAPES. A partir dos dados recolhidos, as autoras desenvolveram duas hipóteses relativas à baixa adesão masculina: (1) apatia masculina frente às questões de gênero; (2) a má interpretação do convite para participação da pesquisa. Sobre a produção bibliográfica entre homens e mulheres docentes de Relações Internacionais no Brasil, há um abismo na produção, sendo que 23% das mulheres entrevistadas apresentaram na sua produção acadêmica a autoria ou coautoria de dois ou mais livros, enquanto 32,2% dos homens foram autores ou coautores de dois ou mais livros. Na produção bibliográfica que diz respeito à edição ou coedição de livros, 26% das mulheres responderam já terem editado ou coeditado pelo menos um livro, enquanto as respostas masculinas ficaram na casa dos 30% (Baccarini et al., 2019).

Ainda sobre a produção bibliográfica, 52% das mulheres responderam já terem publicado dois ou mais capítulos em livros, enquanto 56% dos homens responderam terem publicado dois ou mais capítulos em livros. A produção bibliográfica referente a artigos publicados em periódicos indexados pelo sistema Qualis-Capes demonstrou que 66% das

mulheres possuíam três ou mais artigos publicados, enquanto 79% dos homens responderam ter três ou mais artigos publicados em periódicos indexados pela Qualis-Capes (Baccarini et al, 2019).

Assim, quando pensamos na produção bibliográfica de gênero nas revistas científicas especializadas em relações internacionais no Brasil², há uma desagradável surpresa ao perceber que, por meio de buscas rápidas, utilizando palavras-chave como gênero, sexualidade, mulheres ou feminismo e raça, percebemos a baixa produção publicada em revistas especializadas cujas palavras-chave contenham os termos supracitados. Contudo, ao não acreditar na disparidade de publicações que envolvam as variáveis gênero e raça em relação a outros assuntos nas revistas especializadas de Relações Internacionais, optamos por ler os resumos e compreender se, mesmo sem constar nas palavras-chave, os artigos que apareciam na busca estavam relacionados à temática pautada. As revistas continuaram a nos surpreender, pois a busca rápida não sinalizava grandes volumes de publicações sobre os assuntos em debate.

Quadro 1 – Artigos publicados versus Revistas consultadas

Revista Consultada	Ano de Fundação da Revista	Número de Artigos que podem ser filtrados pelas palavras gênero, mulheres e sexualidade na ferramenta de busca da revista.	Número de Artigos podem ser filtrados pela palavra raça em sua ferramenta de busca.
Revista Carta Internacional	1993	4	8
Revista Contexto Internacional	1985	6	5
Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)	1958	2	0
Revista Estudos Internacionais	2013 ³	3	0
Revista Conjuntura Austral	2010	20	3
Revista Conjuntura Internacional	2004 ⁴	5	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados colhidos dos sites oficiais de cada revista até novembro de 2025.

Após a breve pesquisa apresentada acima, a grande questão suscitada é: onde publicam as mulheres brasileiras que escrevem sobre gênero, raça e relações internacionais? Uma hipótese deixada pelos autores é: não é tão simples a publicação da temática gênero, raça, sexualidade e mulheres nas revistas especializadas de Relações Internacionais no Brasil. Como consequência, as autoras e autores que debatem sobre o assunto optam por publicar em revistas especializadas em gênero e raça, distanciando-se assim dos estigmas produzidos na academia de Relações Internacionais

² Selecionamos as principais revistas especializadas de Relações Internacionais do Brasil, de acordo com o Qualis-Capes. Optamos por revistas que dialoguem primordialmente com Relações Internacionais, e não com Ciência Política, História, Sociologia, ou outras áreas afins.

³ O site da revista não traz o ano de criação, mas a primeira publicação consta do ano de 2013.

⁴ O site da revista não traz o ano de criação, mas a primeira publicação consta do ano de 2004.

brasileiras, a qual ainda defende uma produção pautada em discursos de que gênero e raça não são, muitas vezes, temáticas pertinentes ao campo de estudo das RI.

Neste sentido, para Soares e Rosa (2023), o campo de ensino e pesquisa das relações internacionais é um campo marcado por apagamentos e exclusões, um processo antidemocrático de construção de conhecimento que não permite a pluralidade de pensamentos e tem interlocutores homens e brancos como seu núcleo de pensadores fundamentais. Embora com a crescente demanda de mulheres por mais espaço de discussão feminista na disciplina, que incluem aspectos de raça, gênero, etnia, nação, entre outros (suscitado principalmente por feministas do Sul Global Sul Global Sul Global), as discussões tidas como elementares para a disciplina ainda enfocam perspectivas dotadas de uma falsa neutralidade para abordar assuntos que não pautam os indivíduos e os coletivos sociais como parte do sistema internacional. No Brasil, não há grande diferenciação, estando o país alinhado ao pensamento do norte global.

As discussões sobre gênero devem estar situadas no âmbito do debate do poder, por citado anteriormente, "o poder faz o direito" (hooks, 2019b, p. 135), e a predominância do masculino nas instâncias de poder tanto na economia, quanto na política global demonstram o espaço da vida privada refletindo no âmbito internacional. Como apontado por Jesus (2023), os diversos arranjos e princípios que organizam a vida global são generificados; a dominação masculina é encontrada na masculinidade patriótica, nos espaços em que ocorrem a política nacional, na dominação de interesses e ideologias por figuras masculinas, nos movimentos nacionalistas e no caráter sexualizado sobre o qual se ancora o militarismo. Há um infinito número de espaços que se pode apontar a presença do patriarcado, e nos quais ecoam as heterossexualidades agressivas. Nos processos que envolvem a globalização, a linguagem é mantida neutra, uma vez que a premissa da neutralidade garante que o "indivíduo" debatido na teoria neoliberal seja dotado de atributos e interesses do masculino (Jesus, 2023), mas que sob a falsa premissa da neutralidade esconda as reais dimensões de gênero presentes em suas ações.

Há uma construção hegemônica da masculinidade que, para ser compreendida, é necessário que seja reconhecida como um padrão de práticas - distanciando-se das crenças de que a masculinidade é constituída por expectativas de papéis ou mesmo identidades preconcebidas. O que afirma Jesus (2023) é que as práticas da masculinidade foram a parte mais importante do processo que possibilitou que a dominação masculina permanecesse ativa e se reinventando. Ou seja: a mesma prática que possibilitou Fukuyama (2008) a escrever um artigo descredibilizando a política internacional conduzida por mulheres. Assim, o processo hegemônico da masculinidade se sustentou por anos (e ainda se sustenta!) através da força, mas em suas versões contemporâneas encontra espaço de disseminação na cultura, nas instituições e nas práticas de persuasão. Contudo, como esclarece o autor, nem toda masculinidade pode ser considerada hegemônica, uma vez que o que determina a hegemonia de uma masculinidade é o quanto ela é capaz de subordinar não apenas as mulheres, mas outros homens - em especial os que não se encontram adentrados numa realidade de privilégios (Jesus, 2023). Em outras palavras, nas Relações Internacionais a hegemonia da masculinidade pode ser comprovada através da disseminação do pensamento masculinista branco de pesquisadores do norte global.

Essa assimetria epistêmica não é exclusiva do Brasil, mas faz parte de um padrão latino-americano mais amplo. Pesquisas recentes sobre o ensino e a produção em Relações Internacionais na Argentina, no México e na Colômbia (Riggirozzi; Tussie, 2018; Oyarzún, 2020) apontam dinâmicas semelhantes de invisibilização das epistemologias feministas e do Sul Global. Em todos esses contextos, há uma forte dependência das matrizes teóricas euro-norte-americanas, o que impede a consolidação de abordagens localizadas e críticas. Assim, o apagamento de gênero e raça nas RI latino-americanas não é um fenômeno marginal, mas uma expressão da colonialidade do saber, conforme formulada por Aníbal Quijano (2000): a persistência de um padrão de poder global que combina hierarquias econômicas, políticas e epistêmicas, subordinando os saberes não ocidentais às epistemologias dominantes do Norte. A produção teórica

feminista latino-americana, ainda que crescente, é frequentemente tratada como “complementar” ou “alternativa” e raramente ocupa o estatuto de teoria fundante ou universal.

Essa marginalização é agravada por um duplo movimento. Por um lado, a academia brasileira de Relações Internacionais tende a reproduzir o cânone anglófono, incorporando os debates do Norte sem tensionar de forma expressiva suas bases patriarcais e coloniais. Por outro, a produção feminista e racializada que emerge do Sul é muitas vezes deslocada para fora do campo disciplinar (publicada em revistas de gênero, sociologia ou antropologia), o que reforça a ideia de que as questões de gênero e raça seriam periféricas às RI. Essa dinâmica produz um verdadeiro “apartheid epistêmico”, no qual os temas considerados centrais (como segurança, economia política e diplomacia) permanecem sob o domínio de autores homens e brancos, enquanto as discussões feministas são relegadas à categoria de “agenda emergente”. O resultado é a manutenção de um campo que se pretende universal, mas que continua a reproduzir as hierarquias de gênero e de poder herdadas da estrutura colonial.

Ao mesmo tempo, o cenário brasileiro revela sinais de resistência e reconfiguração. A emergência de grupos de pesquisa dedicados às perspectivas feministas e decoloniais indica uma lenta, mas crescente institucionalização dessas abordagens. Além disso, obras coletivas recentes, como *Feminismo, Gênero e Relações Internacionais* (Sousa, Barasuol e Zanella, 2023), consolidam um espaço de diálogo entre pesquisadoras que articulam gênero, raça e Sul Global como dimensões analíticas inseparáveis. Essas iniciativas contribuem para o que Santos (2010) chamaria de “tradução intercultural”: um esforço de comunicação entre saberes heterogêneos que rompe com a lógica hierárquica da monocultura epistêmica e reivindica o direito à diversidade cognitiva.

A construção de um campo de Relações Internacionais verdadeiramente plural e crítico, contudo, depende de uma transformação mais profunda: é preciso que as universidades e os periódicos especializados reconheçam o valor epistêmico dos saberes feministas e decoloniais não como “complementares”, mas como constitutivos da disciplina. Isso implica rever as práticas de avaliação, os currículos e os próprios critérios de cientificidade. A crítica feminista demonstra que a objetividade, frequentemente apresentada como valor neutro, é uma forma de poder que privilegia determinadas vozes e silencia outras. Desnaturalizar essa objetividade é o primeiro passo para despatriarcalizar o campo, reorientando o conhecimento internacional para uma lógica de justiça epistêmica.

Dessa forma, o caso brasileiro, lido à luz da América Latina, evidencia que a luta contra o patriarcado nas Relações Internacionais é também uma luta pela democratização do saber. Incorporar as vozes do Sul Global e das mulheres racializadas não é apenas uma questão de representatividade, mas de redefinir o que conta como teoria, quem é reconhecido como produtor de conhecimento e quais epistemologias são consideradas legítimas para compreender o mundo. Ao tensionar as fronteiras entre o que é visto como “ciência” e o que é visto como “militância”, o feminismo latino-americano abre espaço para repensar as próprias fundações da disciplina e para construir, a partir do Sul, novas formas de imaginar e praticar as Relações Internacionais.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou evidenciar que o patriarcado, mais do que um fenômeno social ou cultural, constitui um princípio organizador das Relações Internacionais enquanto disciplina e prática política. O estudo demonstrou que a masculinidade hegemônica (ancorada em valores como racionalidade, competição, dominação e universalismo) não apenas informa as teorias clássicas das RI, mas também estrutura o modo como o conhecimento é produzido, legitimado e transmitido. Ao desnaturalizar essa masculinidade epistêmica, torna-se possível compreender que a exclusão de gênero e raça nas RI não é resultado de lacunas pontuais, mas expressão de uma ordem global de poder que se reproduz no campo científico. Essa é, portanto, uma crítica não apenas política, mas epistemológica:

o patriarcado define as fronteiras do saber, determina quem pode falar e molda as condições de possibilidade da própria teoria.

A crítica à obra de Francis Fukuyama (2008) revelou como o biologicismo e o determinismo ainda operam como dispositivos de legitimação da desigualdade de gênero nas ciências sociais e, particularmente, nas Relações Internacionais. Ao associar a política à natureza masculina e à violência como atributo biológico, Fukuyama reatualiza, sob uma roupagem científica, os mesmos pressupostos do realismo clássico: a crença de que o poder e o conflito são inevitáveis e que a masculinidade é o fundamento da ordem internacional. A persistência desse tipo de argumento evidencia a força do patriarcado enquanto regime epistêmico e a necessidade de uma crítica feminista que vá além da inclusão de novos sujeitos, uma crítica que confronte as bases ontológicas e epistemológicas da disciplina.

Ao articular as epistemologias do Sul e o feminismo pós-colonial, argumentou-se que a luta contra o patriarcado nas RI é indissociável da luta contra a colonialidade do saber (Quijano, 2000). A despatriarcalização e a descolonização do campo exigem reconhecer que o conhecimento internacional dominante é produto de uma geopolítica epistêmica que privilegia o Norte Global e exclui os saberes situados do Sul. Nesse sentido, as epistemologias feministas latino-americanas constituem não apenas uma alternativa teórica, mas uma ruptura paradigmática: propõem um modo outro de conhecer e de fazer política, baseado na interdependência, na pluralidade e na justiça cognitiva. Essa virada epistemológica implica compreender que as Relações Internacionais não são apenas um campo de estudo sobre o mundo, mas também um instrumento de sua reprodução simbólica e material.

No caso brasileiro, a análise empírica mostrou que o apagamento de gênero e raça na produção acadêmica reflete e reforça o patriarcado institucional das universidades e dos periódicos científicos. A baixa presença de autoras mulheres, a resistência à incorporação de perspectivas feministas e a dependência teórica do Norte revelam a permanência de uma estrutura hierárquica que combina androcentrismo e colonialidade. Superar essas barreiras requer mais do que corrigir desigualdades de representação: é necessário transformar os próprios critérios de validação científica, abrindo espaço para outras linguagens, metodologias e modos de produzir conhecimento. Isso significa reconhecer que a neutralidade é um mito e que toda produção de saber é situada e atravessada por relações de poder.

Diante disso, este artigo propõe uma agenda de pesquisa e ação acadêmica voltada à construção de uma disciplina de Relações Internacionais plural, crítica e comprometida com a justiça epistêmica. Tal agenda passa, em primeiro lugar, pela despatriarcalização curricular, a saber: a inclusão sistemática de autoras feministas, negras, indígenas e do Sul Global nos programas de graduação e pós-graduação, não como leitura suplementar, mas como base teórica. Em segundo lugar, pela reforma dos critérios de avaliação e publicação, de modo que revistas e agências de fomento reconheçam a legitimidade das abordagens críticas e interseccionais. Em terceiro lugar, pela criação de redes de pesquisa feministas e decoloniais transnacionais, que promovam a circulação de saberes fora do eixo hegemônico e fortaleçam as alianças epistemológicas entre Sul-Sul.

Por fim, é fundamental compreender que a despatriarcalização das Relações Internacionais não é apenas um projeto acadêmico, mas um projeto ético e político. Significa reorientar o olhar sobre o mundo, reconhecer as múltiplas formas de existência e de conhecimento que o compõem e construir um campo disciplinar verdadeiramente democrático, um campo em que o poder deixe de ser monopólio da masculinidade e passe a ser entendido como capacidade de cooperação, cuidado e transformação coletiva. Somente ao articular gênero, raça e Sul Global como eixos estruturantes do pensamento internacional será possível imaginar uma ciência e uma política internacional que estejam à altura da complexidade, da diversidade e da dignidade do mundo contemporâneo.

Referências

- BACCARINI, Mariana P.O. MINILLO, Xaman K. ALVES, Ella E. C. Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. **Contexto Internacional**, Vol. 41, n. 2, May/Aug, 2019.
- COHN, Carol. Sex and death in the rational world of defense intellectuals. **Signs**, v. 12, n. 4, p. 687-718, 1987.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- FUKUYAMA, Francis. Women and the Evolution of World Politics. **Foreign Affairs**, Vol. 77, Nº 5 (Sep - Oct), 2008, 22-40
- HOOKS, bell. **E Eu Não Sou uma Mulher?: Mulheres Negras e Feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.
- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019b.
- JESUS, Diego S. V. Um Mundo de Homens? Masculinidades e Relações Internacionais. In: SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, v. 12/13, n. 3/1, p. 333-358, 1984.
- MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity**. Durham: Duke University Press, 2003.
- MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. New York: Alfred A. Knopf, 1948.
- OYARZÚN SERRANO, Lorena. Relaciones internacionales y América Latina: avances y desafíos en la disciplina. **OASIS**, n. 32, p. 105-124, jun. 2020. DOI: 10.18601/16577558.n32.08.
- PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a edição, 2023.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (Org.). **The rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. Dordrecht; London; New York: Springer, 2012. DOI: 10.1007/978-94-007-2694-9.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SCOTT, Joan W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.
- SHEPHERD, Laura J. **Gender, UN Peacebuilding and the Politics of Space: Locating Legitimacy**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2017.
- SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. New York: Columbia University Press, 2013.
- SOARES, Letícia A. ROSA, Marina A. "Je Suis Ici, ainda que não queiram": a inviabilização da mulher negra como docente de Relações Internacionais no Brasil. In: SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs).. **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- SOUSA, Natália M. F.. BARASUOL, Fernanda B. ZANELLA, Cristine K (Orgs). **Feminismo, Gênero e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, ebook, 2023.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.). **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
- TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.
- TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TRUE, Jacqui. Bringing Back Gendered States: Feminist Second Image Theorizing of International Relations. In: PARASHAR, Swati. TICNER, J. Ann. TRUE, Jacqui (eds.) **Revisiting Gendered States: Feminist Imaginings of the State in International Relations**. Oxford University Press, 2018.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1979.

Funções de colaboração exercidas	
Vinícius Henrique Mallmann	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Thaís Vieira	Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)